



Movimento Negro Brasileiro: uma reflexão sobre os saberes construídos

Brazilian Black Movement: a reflection on the constructed knowledge

Leandra da Silva Sousa ¹

RESUMO: O artigo consiste em uma reflexão sobre os saberes construídos pelos Movimentos Sociais, em especial pelo Movimento Negro. Apresentar que uma das utilidades mais valiosas dos movimentos sociais e suas lutas é o de transformar o próprio conhecimento convencional construído a respeito deles. Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articulados em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. O Movimento Negro é entendido como as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta pela superação do racismo e pela conscientização/educação a diversidade étnico-racial na sociedade brasileira. Ele é capaz de organizar e sistematizar saberes específicos da comunidade negra construídos ao longo da sua experiência coletiva e desafiam a noção de um pensamento e conhecimento totalitários, únicos e universais.

Palavras-chave: movimentos sociais; movimento negro; movimento feminista negro saberes construídos.

ABSTRACT: The article consists on a reflection of the knowledge built by the Social Movements, especially by the Black Movement. To argue that one of the most valuable utilities of social movements and their struggles is to transform their own conventional knowledge built upon them. Social movements are sociopolitical actions built by collective social actors belonging to different classes and social layer, articulated in certain scenarios of the socioeconomic and political conjuncture of a country, creating a political field of social force in civil society. The Black Movement is understood as the

¹ Mestranda em Direito pela UNESC e integrante do NUPEC – Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania. E-mail: leandra.rcurussanga@hotmail.com



most diverse form of organization and articulation of the blacks and the politically positioned blacks in the struggle to overcome racism and the awareness / education of ethnic-racial diversity in Brazilian society. It is capable of organizing and systematizing the specific knowledges of the black community built throughout their collective experience and defying the notion of totalitarian, unique and universal thinking and knowledge.

Keywords: social movements; black movement; black feminist movement; knowledge built.

1 INTRODUÇÃO

A conquista do regime democrático no Brasil em 1988 é caracterizada pela emergência de novos atores e sujeitos coletivos que carregam consigo o anúncio de novos direitos. É dessa forma que os movimentos sociais, depois de um período de vinte anos de ditadura militar, emergem no cenário brasileiro, contribuindo decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a ampliação de direitos ou a criação de direitos de uma nova geração.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articulados em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

A proposta desse artigo consiste em uma reflexão sobre os saberes construídos pelos Movimentos Sociais, em especial pelo Movimento Negro. Apresentar que uma das utilidades mais valiosa dos movimentos sociais e suas lutas é o de transformar o próprio conhecimento convencional construído a respeito deles.

O tema é de relativa importância para a sociedade, visto que as políticas públicas de atendimento, educação, proteção, promoção e justiça ainda têm dificuldade de reconhecer esses e outros saberes produzidos pelos movimentos sociais, pelos movimentos negros, pelos setores populares e pelos grupos sociais não hegemônicos.

O artigo está estruturado em três tópicos, tendo como ponto de partida a emergência dos Movimentos Sociais quando do processo de democratização do



Como solução para esse impasse, Santos (2003, p. 429), sugere a prática do diálogo intercultural por meio da hermenêutica diatópica, não apenas entre diferentes saberes, mas entre diferentes culturas que passam a refletir sobre suas próprias construções (topoi) e a reconhecer as concepções mais abrangentes das outras culturas (topoi alheio).

Portanto, os movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes de produção de saberes. Atuam como produtores e articuladores nas relações políticas e sociais, promovendo outras formas de saberes que pluralizam, problematizam e desafiam a noção de um pensamento e conhecimento totalitários, únicos e universais.

3 MOVIMENTO NEGRO

Com o pós-abolição em 1888, o negro continuou sendo relegado a segundo plano na sociedade brasileira, entregues à própria sorte. Aos negros restaram os serviços mais humilhantes, mal remunerados e precários, pois tinham que competir com os brancos nacionais e com os imigrantes estrangeiros europeus que chegavam no Brasil, também por espaço no mercado de trabalho. Não houve qualquer preocupação com a inserção social dos negros libertos na sociedade brasileira. Assim muitos negros tiveram que se submeter a uma situação de vida similar à escravidão.

Segundo Lima e Veronese (2011, p. 85):

Aos grupos negros foram negadas políticas públicas básicas para a garantia de sua sobrevivência. Eles não serviam mais para o progresso econômico do país. E tudo isso fruto de um processo de exclusão e discriminação racial que iniciou, sobretudo no Brasil, com a implantação do regime escravocrata e legitimado pelas teorias raciais e pela ciência positivista.

Com a democratização do país, os movimentos sociais saem da clandestinidade e passam a ter voz e mobilização, e o Movimento Negro, em especial, a questionar os conhecimentos produzidos sobre as teorias raciais⁵ do século XIX e

⁵ As teorias raciais chegaram no Brasil na segunda metade do século XIX, por influência de pesquisadores europeus. “Muitos dos mitos atribuíveis à noção de raças humanas e sua “hierarquização”, que ainda se encontram impregnadas no imaginário social, remontam desse período histórico.” (LIMA, 2015, p. 112).



sobre a democracia racial⁶, propagadas na teoria e no imaginário da sociedade, e também a reivindicar o reconhecimento da sua história e da sua cultura, trazendo os debates sobre:

[...] racismo, discriminação racial, desigualdade racial, crítica à democracia racial, gênero, juventude, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra, educação das relações étnico-raciais, intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras, violência, questões quilombolas e antirracismo, indagando, inclusive, as produções das teorias raciais do século XIX disseminadas na teoria e no imaginário e pedagógico. (GOMES, 2017, p. 17).

O Movimento Negro ao aflorar no cenário nacional e político, buscou na história o fundamento para compreender a realidade do povo negro brasileiro. A necessidade de negar a história oficial e de apoiar para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil são aspectos que diferenciam o Movimento Negro dos demais movimentos sociais populares, pois ele é fruto de uma “negatividade histórica”, conforme explicam Wilson Nascimento e Joel Rufino dos Santos (1994 *apud* GOMES, 2017, p. 48):

O Movimento Negro se radica na tradição comum, ele busca da tradição os elementos que permitam perceber a si próprio. Simultaneamente, ele é a afirmação de uma negatividade histórica, de um papel desempenhado na história. Ele é a busca de outro si mesmo, para além da alteridade desse outro presente, que não é de si.

Gomes (2017, p. 23, grifo nosso), apresenta a definição de Movimento Negro como sendo:

[...] as mais diversas formas de organização e articulação das **negras e dos negros** politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial,

⁶ A teoria da democracia racial se difundiu, projetando uma imagem do Brasil como um país sem conflitos raciais, a despeito de sua história escravagista – diferentemente do que havia ocorrido em outras localidades. O Brasil passou a ser descrito como uma imensa nação mestiça, desenhado por três raças – negra, indígena e branca – representando uma democracia racial, uma vivência harmoniosa entre elas. (SCHWARCZ, 2012). Tal vivência harmoniosa entre as diferentes raças foi, aos poucos, sendo concebida como um verdadeiro mito de Estado. O mito da democracia racial pode ser compreendido como uma corrente ideológica que contribui para negar a desigualdade social e racial existente entre brancos e negros no País. “O mito serve como um subterfúgio de afirmação de que no Brasil todas as pessoas de todos os grupos raciais estejam em situação de igualdade no acesso aos serviços, políticas públicas, educação, moradia, emprego, e outros.” (LIMA, 2015, p. 123).



Cada uma dessas entidades viveu movimentos de tensão interna, contradições, conflitos, assim como todas as ações emancipatórias presentes nas sociedades.

Devido à forte atuação dos Movimentos Sociais, em particular o Movimento Negro, vários conhecimentos foram trazidos para o cerne dos conhecimentos teóricos e protagonismo epistemológicos⁸ de diversas disciplinas das ciências humanas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório foram produzidos pela “sociologia, antropologia e educação no Brasil” e se devem ao papel educativo exercidos por esses movimentos, “que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento.” (GOMES, 2017, p. 16). Gomes (2017, p. 18) afirma:

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites – muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção de igualdade racial teriam sido construídas e implementadas.

Uma das formas de combate ao mito da democracia racial (a crença na existência de relações harmoniosas entre os diferentes grupos étnico-raciais do nosso país, fruto da relação do colonizador com os povos por ele dominados), arraigado no imaginário social brasileiro, destacado pelo movimento negro, é a implementação de políticas de correção das desigualdades raciais, ou seja, de ações afirmativas, como estratégia de superação do racismo e de construção de uma democracia real. As ações afirmativas trazem em si uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes. (GOMES, 2017; MOREIRA, 2007).

Em 2001, o governo brasileiro assumiu durante a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância o compromisso

⁸De acordo com Santos (2009 *apud* Gomes, 2017, p. 28): Por epistemologia entende-se toda noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. E é por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional ou inteligível. E segundo o autor, não existe conhecimento sem práticas e atores sociais. E como umas e outros não existem senão no interior das relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes tipos de epistemologia.



trabalhadas na perspectiva da recriação constante dos mecanismos de discriminação racial.

Com as críticas, ativistas de mulheres negras tiveram um papel central na luta contra o racismo e o sexismo em seus determinados contextos históricos. Pôde-se engendrar, conforme Carneiro (2003. p. 2), “uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero”; pôde afirmar e visibilizar uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre.”

A partir de 1985, devido à crescente participação das mulheres negras nos seminários, encontros e fóruns de debates do movimento de mulheres negras com os seus principais interlocutores, ocorre uma virada no feminismo, pois suas questões começam a ganhar espaço, surgindo então, no âmbito do feminismo brasileiro, o feminismo negro, que pode ser definido, segundo Bairros (1995, p. 463), como:

[...] um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu da comunidade e da sociedade ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem.

Nesse sentido, os eventos nacionais e internacionais ao longo das décadas de 1980 e 1990 funcionaram como arenas políticas importantes para as feministas negras, que ao incorporarem as variáveis raça e classe, entrelaçadas à de gênero, objetivaram expor as desigualdades sociais pelas quais passavam. Passou a ser realizado discursos de diferença e identidades, produzidos como afirmação de uma identidade feminina negra e de uma especificidade da mulher negra. (DAMACENO, 2009; MOREIRA, 2007).

A reivindicações do movimento de mulheres negras durante o período de 1985 a 1995 era a construção de uma identidade feminina negra.

Segundo Moreira (2007, p. 61), para algumas militantes, essa identidade feminina negra era voltada para: “[...] Afirmação das mulheres negras como pessoa, como facção política, como sujeito político, era uma afirmação do valor da identidade das mulheres negras como um grupo coeso [...]”

Assim sendo, as mulheres negras se uniram em um movimento específico, porque entenderam que suas questões e especificidades não eram



adequadamente atendidas nem pelo movimento feminista, tampouco pelo movimento negro. Deste modo, acreditaram que ao formarem um movimento próprio, alcançariam uma identidade em comum, conseguindo com isso força e elementos suficientes para lutar a favor de suas necessidades e interesses.

O Movimento Feminista Negro, o movimento das ativistas negras constrói saberes e aprendizados políticos e identitários. As ativistas negras denunciam o machismo, a violência dentro do próprio Movimento Negro e demais movimentos sociais, nas relações domésticas, no emprego, e nos partidos. Denunciam as lacunas existentes nas políticas de igualdade racial e de saúde, o feminicídio de mulheres negras e a ditadura da beleza eurocentrada. “Elas reeducam homens e mulheres negros, brancos, de outros pertencimentos étnico-raciais, e também elas mesmas.” (GOMES, 2017, p. 73).

Atualmente as principais iniciativas do movimento feminista negro têm sido direcionadas à implementação de ações afirmativas de cunho racial cujo objetivo seria a reversão do quadro das desigualdades existente no país nos dias atuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o movimento em favor da democracia, que culminou na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi responsável por unir várias frentes de lutas e demandas das várias ações coletivas e dos movimentos sociais que saíram do período de silêncio, pois viu-se a ampliação de direitos sociais, que consideravelmente melhoraram a condição de vida da população, especialmente da população negra. A Constituição concretizou-se num importante instrumento de luta em favor de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais democrática.

Com a democratização do país, os movimentos sociais passam a ter voz e mobilização, percebem a oportunidade do exercício do controle social pela cidadania, e como potência de solidariedade ético-política na luta contra-hegemônica pelos direitos humanos, reivindicam a sua legitimidade para efetivamente participar do processo de deliberação política, e na luta pela ampliação de direitos econômicos, sociais e culturais.



Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 04 out. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas. Florianópolis, ano 10, n. 1, p. 171-188, jan./jun. 2002.

ESCRIVÃO FILHO, Antônio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

DAMASCO, Mariana Santos. **Feminismo Negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo**.

Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/sbs2011_GT13_Maria_da_Gloria_Gohn%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/sbs2011_GT13_Maria_da_Gloria_Gohn%20(4).pdf). Acesso em 15 jan. 2019

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

Hooks, bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Rev. Bras. Ciênc. Polít.[online]. 2015, n.16 [cited 2018-09-11], pp.193-210. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>. Acesso em: 04 out. 2018.

LIMA, Fernanda da Silva. **Os direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes negros à luz da proteção integral: limites e perspectivas das políticas públicas para a garantia de igualdade racial no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Direito). Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

_____; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Mamãe África, cheguei ao Brasil: os direitos da criança e do adolescente sob a perspectiva da igualdade racial**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Fundação Boiteux, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo dos movimentos de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. (Dissertação) Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas/SP, 2007.



PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História [online]. 2005, vol.24, n.1 [cited 2018-07-30], pp.77-98. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jan. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **As tensões da modernidade.** Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1325792284_As%20tens%C3%B5es%20da%20Modernidade%20-%20Boaventura%20de%20Sousa%20Santos.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Revista Lusófona de Educação. 2009. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Revista%20Lusofona%20Educacao_2009.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial:** in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43. (pdf).